



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

## Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária

### P R O V A

### Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

### I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### Instruções para as questões de números 1 a 7.

Assinale, na folha de respostas, a alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase apresentada.

1. Tantas ..... e a falta de ..... entre os vários departamentos impediam que se chegasse a um ..... em relação ao caso.

- (A) diverjências - conexão - consenso
- (B) diverjências - conexão - concenso
- (C) divergências - conexão - concenso
- (D) divergências - conexão - consenso
- (E) diverjências - conexão - consenso

2. Com a autoridade que ..... cabe, V.S.<sup>a</sup> ..... inspecionar os trabalhos da usina que está sob ..... responsabilidade.

- (A) vos - deve - sua
- (B) vos - deveis - vossa
- (C) lhe - deve - vossa
- (D) vos - deveis - sua
- (E) lhe - deve - sua

3. Antes que se ..... reformas, os técnicos de inspeção ..... a recursos que porventura ..... a faltar.

- (A) propõem - ativeram-se - vierem
- (B) propusessem - ativeram-se - vierem
- (C) propusessem - ateram-se - virem
- (D) propõem - ativeram-se - virem
- (E) propusessem - ateram-se - vierem

4. .... que isso ..... falta, ..... grande estoque de material.

- (A) Sabendo - iria fazer - compraríamos
- (B) Soubéssemos - fizesse - comprássemos
- (C) Sabendo - fazendo - iríamos comprar
- (D) Sabíamos - fosse fazer - compraremos
- (E) Saberíamos - fosse fazer - íamos comprar

5. As listas de pessoal admitido ..... ser ....., mas penso que não se ..... novos auxiliares.

- (A) vão - revistos - contratará
- (B) vai - revisto - contratarão
- (C) vão - revistos - contratarão
- (D) vai - revista - contratará
- (E) vão - revistas - contratarão

6. Ajudei- ..... a fazer o trabalho, mas não ..... conselho ..... nesse emprego.

- (A) lhe - lhe - a continuar
- (B) lhe - o - de continuar
- (C) o - lhe - continuar
- (D) o - o - de continuar
- (E) o - o - à continuar

7. Diga ..... ela que só retornarei ..... casa após ..... duas horas.

- (A) a - a - as
- (B) a - à - às
- (C) à - a - às
- (D) à - à - as
- (E) à - à - às

8. Assinale, na folha de respostas, a alternativa em que o período está corretamente pontuado.

- (A) Repetindo a recomendação o diretor deu um voto, de confiança nos funcionários, mas poucos se sensibilizaram, com isso.
- (B) Repetindo a recomendação, o diretor deu um voto de confiança nos funcionários mas, poucos se sensibilizaram com isso.
- (C) Repetindo, a recomendação o diretor deu um voto de confiança nos funcionários, mas poucos, se sensibilizaram com isso.
- (D) Repetindo a recomendação, o diretor deu um voto de confiança nos funcionários, mas poucos se sensibilizaram com isso.
- (E) Repetindo a recomendação o diretor, deu um voto de confiança, nos funcionários mas poucos se sensibilizaram, com isso.

9. Essa questão apresenta cinco propostas diferentes de redação. Assinale na folha de respostas, a alternativa que corresponde à melhor redação, considerando correção, clareza e concisão.
- (A) O homem com relação ao tempo, se se pensar em épocas remotas da história da humanidade, por causa de que acordava com o sol e se deitava quando anoitecia, só tinha conhecimento do dia e da noite.
- (B) Relacionado com o tempo em épocas remotas da sua história, a humanidade acordava com o sol e se deitava ao anoitecer, portanto o homem só tinha conhecimento do dia e da noite.
- (C) Em épocas remotas da história da humanidade, o homem – em termos de tempo – só tinha conhecimento do dia e da noite; acordava com o sol e deitava-se ao anoitecer.
- (D) O conhecimento do dia e da noite era o único que o homem das épocas remotas tinha, decorrente que a humanidade no que se refere a tempo acordava com o sol e se deitava com a noite.
- (E) O dia e a noite, que o homem das épocas remotas da história da humanidade acordava e se deitava com eles, era o único conhecimento que eles tinham em termos de tempo.

10. I. A pessoa está em contato direto somente com a natureza e os animais.
- II. A pessoa tem a sensação de ter rompido com o mundo.
- III. A pessoa conhece a solidão propriamente dita.

Assinale a alternativa em que as frases acima estão em correta relação lógica e sintática.

- (A) Mal tem a sensação de ter rompido com o mundo, a pessoa conhece a solidão propriamente dita, segundo esteja em contato direto somente com a natureza e os animais.
- (B) A pessoa conhece a solidão propriamente dita quando, somente em contato direto com a natureza e os animais, tem a sensação de ter rompido com o mundo.
- (C) Se a pessoa tem a sensação de ter rompido com o mundo, porque conhece a solidão propriamente dita, está em contato direto somente com a natureza e os animais.
- (D) A pessoa tem a sensação de ter rompido com o mundo quando conhece a solidão propriamente dita, a despeito de estar em contato direto somente com a natureza e os animais.
- (E) Ainda que conheça a solidão propriamente dita, a pessoa tem a sensação de ter rompido com o mundo, enquanto esteja em contato direto somente com a natureza e os animais.

Instruções para as questões de números 11 a 15.

Essas questões referem-se a compreensão de leitura. Leia atentamente cada uma delas e assinale, na folha de respostas, a alternativa que esteja de acordo com o texto. Baseie-se exclusivamente nas informações nela contidas.

11. *As diferentes épocas são mais facilmente rotuladas quando coloridas de siglas e apelidos, quando tendenciosamente hierarquizadas, quer pela autoconsciência que uma geração tem do momento em que vive, quer pela visão que, deste momento, possuirá um grupo póster de analistas.*

Infere-se do texto que

- (A) tanto as gerações atuais quanto as vindouras alicerçam-se em fatores subjetivos para a rotulação das épocas.
- (B) há um grupo póster de analistas cuja função consiste em criticar o lado negativo de cada época.
- (C) tendenciosamente hierarquizadas, as diversas épocas alimentam-se da autoconsciência das gerações que nelas vivem.
- (D) existe uma autoconsciência capaz de estabelecer confronto entre uma época e outra.
- (E) o colorido das siglas e apelidos hierarquiza e rotula as tendências das diferentes épocas.

Atenção: As questões de números 12 e 13 baseiam-se no texto abaixo.

*Eu sei que o mundo é redondo, mas para mim é chato, mas Ronaldo só sabe que o mundo é redondo, para ele não parece chato. Porque eu estive em muitos países e vi que lá o céu também é em cima, por isso o mundo parecia todo reto para mim. Mas Ronaldo nunca saiu do Brasil e pode pensar que só aqui é que o céu é lá em cima, que nos outros lugares é embaixo ou de lado, e ele pode pensar que o mundo só é chato no Brasil, que nos outros lugares que ele não viu vai redondando. Quando dizem para ele é só acreditar, para ele nada precisa parecer.*

12. Infere-se do texto que

- (A) o mundo, para Ronaldo, é um globo, pois sabe que ele se arredonda em outros países, embora não os conheça.
- (B) dizem que o mundo é redondo, o que Ronaldo poderá comprovar com sua própria observação no dia em que puder viajar.
- (C) Ronaldo só acredita naquilo que vê; por esse motivo, aceita normalmente a idéia de que o mundo é redondo.
- (D) como nunca saiu do Brasil, Ronaldo só vê o mundo como uma planura, o que o deixa atrapalhado para acreditar que o mundo é redondo.
- (E) se Ronaldo viajasse, constataria que o mundo parece plano em toda parte, o que lhe dificultaria aceitar a idéia de que o mundo é redondo.

<p>13. De acordo com o texto, o locutor, em seu monólogo,</p> <p>(A) afirma que seria muito melhor se as coisas fossem aquilo que elas parecem ser.</p> <p>(B) deixa-se enganar pelo lado exterior das coisas, pois elas apresentam uma face que realmente não é a sua.</p> <p>(C) acredita que <i>ser</i> é mais importante do que <i>parecer</i>, o que o leva a desconfiar daquilo que as coisas parecem ser.</p> <p>(D) questiona a disparidade existente entre aquilo que as coisas são e aquilo que elas parecem ser.</p> <p>(E) só acredita no que lhe dizem quando pode comprovar um fato com os dados de sua experiência pessoal.</p>	<p>16. A interface de transmissão V.35 para um computador PC foi desenvolvida para transmissões em linha a uma velocidade de</p> <p>(A) 256 Mbps.</p> <p>(B) 128 Mbps.</p> <p>(C) 100 Mhz.</p> <p>(D) 64 Ghz.</p> <p>(E) 48 Kbps.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 14 e 15 baseiam-se no texto abaixo.</p> <p><i>Tanto quanto produzir originalmente, traduzir é, contemporânea e futuramente, uma das condições da criação de "um mundo só" - na certeza de que a ignorância das realidades alheias é dupla fonte de mal, pela subestimação das realidades alheias e pela supervalorização, por vezes agressiva, das realidades próprias. A consciência plena da diversidade parece dar maior força à convicção profunda da unidade humana - sem preconceitos de falsos valores raciais, éticos, morais, culturais, materiais e até mesmo tecnológicos; tanto é verdade que, neste particular, em que a complexidade e divisão dos instrumentos de ação parecem dar uma medida do progresso, mesmo dos povos ditos atrasados, há formas e estruturas sociais que podem dar lições de eficácia aos povos ditos avançados.</i></p> <p>14. De acordo com o texto,</p> <p>(A) a civilização contemporânea não tem o direito de ser pretensiosa, já que nela existem ainda povos primitivos, de cultura rudimentar.</p> <p>(B) a aldeia global vai sendo estabelecida à medida que os escritores de cada país encontram tradutores eficientes para melhorar suas obras.</p> <p>(C) o desconhecimento de outras culturas leva ao isolamento e à mediocrização das obras literárias de um povo.</p> <p>(D) a possibilidade de conhecimento das obras escritas de outros povos é um fator que permite ultrapassar barreiras culturais.</p> <p>(E) os preconceitos contra povos mais atrasados são rompidos quando eles têm obras escritas passíveis de tradução.</p>	<p>17. A porta TCP/IP padrão para o protocolo de comunicação news é a</p> <p>(A) 80.</p> <p>(B) 119.</p> <p>(C) 443.</p> <p>(D) 1 024.</p> <p>(E) 8 088.</p>
<p>15. Infere-se do mesmo texto que</p> <p>(A) a civilização de um povo deve ser avaliada pelo seu progresso tecnológico.</p> <p>(B) não se pode discriminar um povo por causa do nível pouco avançado do seu estágio cultural.</p> <p>(C) não existem mais, no mundo atual, povos ditos avançados e outros ditos atrasados.</p> <p>(D) há instrumentos precisos para avaliar o grau de desenvolvimento de um povo, seja ele avançado ou atrasado.</p> <p>(E) o progresso de um povo está diretamente associado ao seu grau de civilização.</p>	<p>18. A tecnologia Bluetooth opera em uma banda de rádio de</p> <p>(A) 2,4 GHz.</p> <p>(B) 4,8 Hz/s.</p> <p>(C) 88,3 KHz.</p> <p>(D) 100,9 MHz.</p> <p>(E) 107 Hz.</p> <p>19. Pode ser ativado, no Windows 98, o item salvar senha em uma conexão dial-up quando</p> <p>(A) os perfis de usuário estão desabilitados, mas a chave de registro ProfileList está presente.</p> <p>(B) a lista de senhas (.pwl) está corrompida.</p> <p>(C) o cache de passwords está desabilitado.</p> <p>(D) o Autologon está desabilitado.</p> <p>(E) o arquivo Rna.pwl (se existir) está danificado.</p> <p>20. O comando Substituir do Word 97 pode se ativado com o atalho de teclado</p> <p>(A) Ctrl + PgUp.</p> <p>(B) Alt + Shift + 4.</p> <p>(C) Ctrl + U.</p> <p>(D) Ctrl + T.</p> <p>(E) F11.</p>

<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>21. Nas licitações, sempre que possível, deve ser atendido o princípio pelo qual à entidade compradora cumpre observar as regras que levam à adoção de um <i>standard</i> que, vantajosamente, possa satisfazer às necessidades que estão a seu cargo. Esse princípio é conhecido como da</p> <p>(A) padronização.  (B) competitividade.  (C) vinculação ao instrumento convocatório.  (D) imparcialidade ou impessoalidade.  (E) fiscalização da licitação por terceiros.</p>	<p>26. No que se refere às férias do servidor público, observa-se que</p> <p>(A) podem ser interrompidas por motivo de serviço eleitoral.  (B) podem ser acumuladas até o máximo de três períodos.  (C) é permitido levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.  (D) não haverá necessidade de carência para o primeiro período aquisitivo.  (E) não podem ser gozadas em parcelas por ser medida de higidez.</p>
<p>22. No que se refere à responsabilidade civil, é certo que</p> <p>(A) esta se caracteriza como espécie de responsabilidade objetiva do servidor público.  (B) o servidor público atua com dolo quando age com imprudência, negligência ou imperícia.  (C) o servidor público age com culpa quando conscientemente pratica um ato contrário ao direito.  (D) ela sempre depende das responsabilidades administrativa e criminal do servidor público.  (E) as ações de ressarcimento contra o servidor público são imprescritíveis.</p>	<p>27. No âmbito da Administração Pública federal, em conformidade com a Lei nº 9.784, de 29.01.99, deverá ser observada, quanto à competência, entre outras regras, que</p> <p>(A) não será permitida, em qualquer hipótese, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.  (B) inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.  (C) é vedado ao órgão administrativo e seu titular delegar parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, quando estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados.  (D) poderão ser objeto de delegação a decisão de recurso administrativo e a edição de atos de caráter normativo.  (E) para o ato de delegação basta ser especificada a matéria, os poderes transferidos e os limites da atuação do delegado.</p>
<p>23. É INCORRETO afirmar que a anulação do ato administrativo</p> <p>(A) está relacionada a critérios de conveniência e oportunidade.  (B) produz efeitos <i>ex tunc</i>, ou seja, retroativos.  (C) é de competência tanto do Judiciário como da Administração Pública.  (D) é cabível em relação aos beneficiários do ato ou terceiros, se ambos de boa-fé.  (E) pressupõe que ele (ato) seja ilegal e eficaz, de natureza abstrata ou concreta.</p>	<p>28. A Constituição Federal prevê que "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante". Esse dispositivo de proteção abrange</p> <p>(A) o racismo, somente se for praticado em concurso com a violência física.  (B) apenas o sofrimento físico, único inerente à tortura.  (C) tanto o sofrimento físico como o mental.  (D) o sofrimento psíquico, apenas nos casos de discriminação religiosa.  (E) a aplicação de castigo pessoal a alguém sob guarda, mesmo que não cause intenso sofrimento.</p>
<p>24. A circunstância de fato ou de direito que autoriza ou impõe ao agente público a prática do ato administrativo se refere ao</p> <p>(A) conceito do objeto.  (B) tipo da forma.  (C) elemento da finalidade.  (D) requisito do motivo.  (E) atributo do sujeito.</p> <p>25. É peculiaridade da concessão de licença para tratar de assuntos particulares, dentre outras,</p> <p>(A) que no primeiro ano do benefício o servidor tenha direito à metade de sua remuneração.  (B) que o servidor esteja no exercício do cargo efetivo ou em comissão por no mínimo 5 (cinco) anos.  (C) ser obrigatória para o servidor, se ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento.  (D) ser atribuída ao servidor, pelo prazo de até 4 (quatro) anos, vedado qualquer período de prorrogação.  (E) que o servidor seja ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório.</p>	<p>29. Um dos preceitos constitucionais que os partidos políticos devem observar é</p> <p>(A) a liberdade de recebimento de recursos financeiros.  (B) a prevalência das bases sobre a cúpula.  (C) o caráter regional ou local.  (D) o caráter nacional.  (E) o compromisso de defender o presidencialismo.</p>

<p>30. Considere as afirmações abaixo:</p> <p>É hipótese de intervenção do Estado no Município por não ter aplicado o mínimo exigido da receita municipal</p> <p>I. na manutenção e desenvolvimento do ensino.</p> <p>II. nas ações e serviços públicos de saúde.</p> <p>III. no desenvolvimento do esporte amador.</p> <p>IV. no pagamento de seus servidores.</p> <p>Segundo a Constituição Federal, são corretos APENAS</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e III</p> <p>(C) II e III</p> <p>(D) II e IV</p> <p>(E) III e IV</p>	<p>34. Cabe ao Ministério Público Federal o exercício das funções de Ministério Público Eleitoral. Todavia, nas comarcas onde ele não estiver estruturado, essas funções são</p> <p>(A) inerentes à Ordem dos Advogados do Brasil, que agirá por sua seção local.</p> <p>(B) exercidas por procurador <i>ad hoc</i> nomeado pelo juiz.</p> <p>(C) dispensadas, ficando supridas quando o processo subir ao Tribunal Regional Federal.</p> <p>(D) desnecessárias, pois a lei só exige sua participação no Tribunal Regional Federal.</p> <p>(E) exercidas pelo órgão do Ministério Público estadual.</p>
<p>31. A Constituição Federal impede o Congresso Nacional de apreciar proposta de emenda tendente a abolir</p> <p>(A) as medidas provisórias.</p> <p>(B) a competência privativa do Presidente da República para iniciativa de certas leis.</p> <p>(C) as leis delegadas.</p> <p>(D) as audiências públicas com entidades da sociedade civil.</p> <p>(E) o voto direto, universal e periódico.</p>	<p>35. Daniela morava e trabalhava em Teresina, sendo certo que, sobrevindo-lhe uma incapacidade para gerir sua pessoa e seus bens, foi interdita. O seu pai, que é divorciado de sua mãe, foi nomeado curador. Nesse caso, o domicílio de Daniela é</p> <p>(A) o mesmo anterior, pois o domicílio não se altera com a incapacidade.</p> <p>(B) tanto o domicílio de seu pai como o de sua mãe.</p> <p>(C) o domicílio de seu pai e curador.</p> <p>(D) Teresina, porque o domicílio em razão do trabalho é o de atração mais forte.</p> <p>(E) qualquer local onde for encontrada.</p>
<p>32. Tem assento no Conselho da República, dentre outros membros, o</p> <p>(A) Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p>(B) Presidente do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) líder da minoria na Câmara dos Deputados.</p> <p>(D) Presidente de uma das Assembléias Legislativas estaduais, nomeado pelo Congresso Nacional.</p> <p>(E) Procurador Geral da República.</p>	<p>36. Rubens celebrou um contrato contendo uma cláusula de não valer sem instrumento público. Nesse caso,</p> <p>(A) o instrumento público é da substância do ato.</p> <p>(B) a cláusula é reputada inexistente, se o instrumento público não for da substância do ato.</p> <p>(C) o contrato só é legal se seu objeto for o pacto antenupcial ou o reconhecimento de filho.</p> <p>(D) a vontade das partes não pode suplantar a da lei, quando esta não exige instrumento público.</p> <p>(E) o ato jurídico é nulo, por expressa disposição legal.</p>
<p>33. Os Tribunais Regionais Eleitorais devem escolher como seu Presidente</p> <p>(A) aquele que for desembargador do Tribunal Regional Federal.</p> <p>(B) o mais velho dentre os membros magistrados de carreira.</p> <p>(C) qualquer um de seus membros, independentemente da origem.</p> <p>(D) um dos dois membros que são desembargadores oriundos do Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) qualquer um de seus membros, exceto aquele originário da advocacia.</p>	<p>37. Arnaldo foi casado com Arminda, de quem é separado judicialmente. Sendo a mãe de Arminda viva,</p> <p>(A) o parentesco por afinidade entre ela e seu genro deixou de existir com a separação.</p> <p>(B) ela não tem, assim como nunca teve, nenhum laço de parentesco com Arnaldo.</p> <p>(C) a afinidade entre ela e Arnaldo não está extinta.</p> <p>(D) somente o acordo entre os separandos tinha o poder de manter a afinidade entre ela e Arnaldo.</p> <p>(E) somente o acordo entre os separandos tinha o poder de extinguir a afinidade entre ela e Arnaldo.</p>

<p>38. Comprei um quadro de que gostei muito, paguei-o, e o vendedor prometeu entregá-lo em três dias, mas o quadro se perdeu, havendo culpa do vendedor. Expirando o prazo, pretendeu que eu recebesse uma outra obra de arte com o dobro do valor. Nesse caso</p> <p>(A) o vendedor culpado deve devolver meu dinheiro em dobro, além de recompor minhas perdas e danos.</p> <p>(B) sou obrigado a receber a coisa mais valiosa, porque seu valor cobre o preço que paguei e mais perdas e danos.</p> <p>(C) o vendedor está obrigado a devolver singelamente o preço, resolvendo-se a obrigação.</p> <p>(D) não estou obrigado a receber a outra obra de arte, ainda que mais valiosa.</p> <p>(E) estou impedido, por dispositivo expresso de lei, de aceitar uma obra pela outra.</p>	<p>41. Corria uma prescrição contra Joaquim e ele veio a morrer. Nesse caso, a</p> <p>(A) morte interrompe o curso da prescrição, recomeçando a contar do início contra os herdeiros.</p> <p>(B) morte suspende o curso da prescrição, que recomeça a correr contra os herdeiros trinta dias depois.</p> <p>(C) prescrição continua a correr contra seus herdeiros, se não existirem causas impeditivas ou suspensivas.</p> <p>(D) prescrição deixa de correr e é considerada extinta para todos os fins.</p> <p>(E) prescrição continua a correr, mas o prazo prescricional é contado em dobro.</p>
<p>39. Procuro uma casa para comprar e, encontrando uma satisfatória, fiz uma proposta escrita de compra, tendo o proprietário ficado de examiná-la, porque não se achava em condições de aceitá-la imediatamente. Encontrando um negócio melhor</p> <p>(A) posso desistir da primeira proposta, desde que pague eventuais perdas e danos pela desistência.</p> <p>(B) devo notificar o proprietário da primeira casa de minha desistência e, só então, posso realizar o segundo negócio.</p> <p>(C) não posso realizar o negócio, porque minha proposta anterior é válida e obrigatória, podendo ser aceita a qualquer momento.</p> <p>(D) só posso realizá-lo com a anuência do primeiro proprietário, visto que proposta feita equivale a negócio a termo.</p> <p>(E) posso realizá-lo, porque minha proposta anterior não foi imediatamente aceita, deixando de ser obrigatória.</p>	<p>42. Propus uma ação para declarar a autenticidade de um documento e o réu, surpreendentemente, além de contestar, ingressou com reconvenção. Nesse caso, a reconvenção</p> <p>(A) é admissível, desde que presentes seus outros requisitos.</p> <p>(B) será indeferida <i>in limine</i>, visto que ela não é cabível na ação declaratória.</p> <p>(C) é viável, tão-só porque pretendi a declaração de um fato material.</p> <p>(D) será indeferida <i>in limine</i>, tão-só porque pretendi a declaração de um fato material.</p> <p>(E) vingará, porque a autenticidade de um documento não pode ser objeto de declaração.</p>
<p>40. Lucas, tendo muita afeição por sua afilhada Jeuzza, que está grávida de seu marido, pretende doar, hoje mesmo, alguns bens ao filho dela que vai nascer. Nesse caso, a doação</p> <p>(A) só será possível após o nascimento com vida, quando começa a personalidade civil.</p> <p>(B) tem plena validade, mas precisa ser aceita pelos pais.</p> <p>(C) independe de aceitação, visto que, em razão das circunstâncias especiais, a lei a dispensa.</p> <p>(D) é impossível e, se feita, será considerada nula de pleno direito.</p> <p>(E) equivale a uma promessa de doação e terá que ser ratificada após o nascimento.</p>	<p>43. Uma pessoa está litigando em juízo, sem o consentimento do seu cônjuge, em ação real imobiliária. Nesse caso, a falta do consentimento</p> <p>(A) torna-se preclusa, se a parte contrária nada alegou e o juiz já saneou o processo.</p> <p>(B) não pode ter seus motivos examinados pelo juiz, se houve recusa de consentir.</p> <p>(C) pode ser suprida judicialmente, como única exceção, na hipótese de ter havido impossibilidade de o cônjuge consentir.</p> <p>(D) invalida o processo, se não foi suprida pelo juiz.</p> <p>(E) é desnecessária, desde as alterações advindas com o Estatuto da Mulher Casada.</p> <p>44. José Paulo é surdo-mudo e não consegue transmitir sua vontade por escrito, limitando-se a usar linguagem mímica. Chamado a depor em juízo,</p> <p>(A) deverá ser dispensado pelo juiz, visto que os presentes não conseguirão entendê-lo.</p> <p>(B) será traduzido por um intérprete.</p> <p>(C) não poderá depor, por ser incapaz.</p> <p>(D) será impedido de depor, visto que a lei o proíbe expressamente.</p> <p>(E) poderá se recusar, porque não sabe se sua manifestação será fielmente entendida.</p>

<p>45. As partes convencionaram suspender o processo. Nesse caso, o prazo máximo da suspensão, após o qual o juiz deve ordenar o prosseguimento, é de</p> <p>(A) um mês.</p> <p>(B) três meses.</p> <p>(C) seis meses.</p> <p>(D) nove meses.</p> <p>(E) doze meses.</p>	<p>49. Poderá concorrer com candidato próprio ao cargo de Presidente da República nas eleições de 2002 o partido que</p> <p>(A) consiga a regularização legal do registro de seu estatuto até a data limite das convenções.</p> <p>(B) tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral até um ano antes do pleito.</p> <p>(C) esteja registrado dentro de seis meses do pleito e tenha representação no Congresso Nacional, ainda que baseada em filiações recentes.</p> <p>(D) providencie o registro de seu estatuto até a data em que o Tribunal Superior Eleitoral deferir o pedido de registro da candidatura.</p> <p>(E) haja obtido registro de seu estatuto nos órgãos competentes no mínimo há dois anos.</p>
<p>46. No processo de execução, não havendo título legal à preferência e recaindo mais de uma penhora sobre os mesmos bens,</p> <p>(A) haverá reunião das execuções para formação do concurso universal de todos os credores.</p> <p>(B) será obrigatório o rateio entre todos os credores.</p> <p>(C) receberá em primeiro lugar o que promoveu a execução, fazendo-se o rateio entre os demais.</p> <p>(D) a arrematação tornará insubsistentes todas as demais penhoras.</p> <p>(E) cada credor conservará o seu título de preferência originário de sua penhora.</p>	<p>50. Quanto às causas que determinam a exclusão eleitoral, é INCORRETO afirmar que o cancelamento ocorrerá por motivo de</p> <p>(A) ausência do exercício do voto em, no mínimo, cinco eleições sucessivas.</p> <p>(B) suspensão dos direitos políticos.</p> <p>(C) de o eleitor não saber exprimir-se em língua nacional.</p> <p>(D) estar o eleitor inscrito fora de seu domicílio eleitoral.</p> <p>(E) pluralidade de inscrições eleitorais.</p>
<p>47. O juiz pode determinar medidas cautelares sem a audiência das partes?</p> <p>(A) Não, porque a relação processual só se completa com a citação válida.</p> <p>(B) Não, visto que as medidas cautelares só podem ser concedidas após a citação do réu para a justificação.</p> <p>(C) Sim, sempre depois da justificação dos fatos e de sua necessidade.</p> <p>(D) Sim, excepcionalmente, pois pode ocorrer a ineficácia da medida se o réu for citado.</p> <p>(E) Sim, visto que ele pode agir de ofício, não estando adstrito, nem mesmo, ao requerimento da medida cautelar.</p>	<p>51. No sistema eleitoral brasileiro,</p> <p>(A) os candidatos a Senador da República são registrados no Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) admite-se, excepcionalmente, a figura do candidato avulso.</p> <p>(C) permite-se ao candidato disputar mais de um cargo, desde que na mesma circunscrição.</p> <p>(D) não se permite o registro de candidato, embora para cargos diferentes, por mais de uma circunscrição.</p> <p>(E) faculta-se usar cola para fechar a cédula única oficial e resguardar o sigilo do voto.</p>
<p>48. Como o deputado foi expulso do partido, sua filiação</p> <p>(A) pode ser mantida por decisão de ofício do Diretório Nacional.</p> <p>(B) remanesce até que ele peça seu cancelamento.</p> <p>(C) é considerada imediatamente cancelada.</p> <p>(D) remanesce até o fim do mandato ou até filiação a outro partido.</p> <p>(E) fica suspensa até reexame necessário pelo Diretório Nacional.</p>	<p>52. Quanto aos recursos eleitorais, sabe-se que</p> <p>(A) são cabíveis contra a expedição de diploma, mas tão-só para se alegar a inelegibilidade.</p> <p>(B) deverá ser sempre interposto no prazo de cinco dias.</p> <p>(C) seu prazo é preclusivo, mesmo quando se trata de discutir matéria constitucional.</p> <p>(D) têm efeito devolutivo e, nos casos previstos em lei, efeito suspensivo.</p> <p>(E) a distribuição do primeiro recurso que chegar ao Tribunal Regional ou Tribunal Superior prevenirá a competência do relator para todos os demais casos do mesmo Município ou Estado.</p>



<p>53. A apuração a cargo do Tribunal Regional Eleitoral deve ser feita por uma comissão apuradora, cujos trabalhos podem ser acompanhados</p> <p>(A) por delegados dos partidos interessados, sem que, entretanto, neles intervenham com protesto, impugnações ou recursos.</p> <p>(B) por quaisquer pessoas interessadas, em atenção à transparência e à democracia.</p> <p>(C) por fiscais dos partidos interessados, que podem impugnar ou interpor recursos sempre que julgarem necessário.</p> <p>(D) exclusivamente por pessoas previamente inscritas e autorizadas pela Presidência.</p> <p>(E) exclusivamente por servidores do próprio Tribunal, sob autorização da Presidência.</p>	<p>57. A Lei nº 4.320, de 17/03/64, ao tratar da Lei de Orçamento e classificar a receita corrente, considera as multas e a cobrança da dívida ativa como receitas</p> <p>(A) de capital.</p> <p>(B) tributárias.</p> <p>(C) patrimoniais.</p> <p>(D) industriais.</p> <p>(E) diversas.</p>
<p>54. Uma Junta Eleitoral compõe-se de um Juiz de Direito, que é seu Presidente,</p> <p>(A) de um representante do Ministério Público, e de três cidadãos de notória idoneidade.</p> <p>(B) de um representante do Ministério Público, outro da Ordem dos Advogados do Brasil, e de dois cidadãos de notória idoneidade.</p> <p>(C) e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.</p> <p>(D) de um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, e de um ou três cidadãos de notória idoneidade.</p> <p>(E) e de quatro eleitores filiados aos Partidos Políticos e por eles indicados, servindo dois como efetivos e dois como suplentes.</p>	<p>58. Para fins da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no</p> <p>(A) mês em referência e nos 11 anteriores, excluídas as duplicidades.</p> <p>(B) primeiro mês do exercício financeiro e nos 3 posteriores, excluídas as duplicidades.</p> <p>(C) mês anterior ao início do exercício financeiro e nos 3 posteriores, abrangidas as duplicidades.</p> <p>(D) último mês do exercício financeiro e nos 11 meses anteriores, abrangidas as duplicidades.</p> <p>(E) no mês subsequente da data de referência e nos 5 anteriores, excluídas as duplicidades.</p>
<p>55. Sob o ponto de vista constitucional em relação às finanças públicas, é vedada, dentre outras situações, a</p> <p>(A) assunção de obrigações diretas, ainda que não excedam os créditos orçamentários ou adicionais.</p> <p>(B) instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.</p> <p>(C) concessão ou utilização de créditos limitados.</p> <p>(D) transferência, em qualquer hipótese, de recursos de um órgão para outro .</p> <p>(E) abertura de créditos extraordinários, sem qualquer exceção.</p>	<p>59. No que tange às transferências voluntárias previstas na Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) é exigência, dentre outras, dessas transferências, a comprovação, por parte do beneficiário, da previsão orçamentária de contrapartida.</p> <p>(B) quanto à aplicação das sanções de suspensão dessas transferências, excetuam-se, dentre outras, aquelas relativas às ações de educação.</p> <p>(C) é permitida a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.</p> <p>(D) também é imprescindível, dentre outros requisitos dessas transferências, a existência de dotação específica.</p> <p>(E) relativamente à aplicação das sanções de suspensão dessas transferências, excetuam-se, dentre outras, aquelas referentes às ações de assistência social.</p>
<p>56. Quanto aos créditos adicionais previstos na Lei nº 4.320, de 17/03/64, observa-se que, aqueles destinados a despesas, para as quais não haja dotação orçamentária específica, classificam-se como</p> <p>(A) comuns.</p> <p>(B) suplementares.</p> <p>(C) extraordinários.</p> <p>(D) especiais.</p> <p>(E) empenhados.</p>	<p>60. A prestação de garantia graciosa prevista na Lei nº 10.028, de 19.10.01,</p> <p>(A) configura, exclusivamente, infração administrativa.</p> <p>(B) constitui crime contra as finanças públicas.</p> <p>(C) caracteriza apenas ilícito civil.</p> <p>(D) é conduta considerada lícita.</p> <p>(E) configura ato político-financeiro.</p>